



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
SETOR DE LICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Processo nº 042/2026

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 018/2026

Objeto: Aquisição de peças para manutenção de máquinas roçadeiras

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. LEI Nº 14.133/2021.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos de processo administrativo, através de solicitação feita pela Secretaria de Agricultura, para aquisição de peças e componentes destinados às bombas submersas dos poços pertencentes ao município de Lagoa de Velhos.

Após a instrução processual da fase preparatória, vieram os autos a esta Assessoria para análise e parecer.

É o breve relatório.

DO MÉRITO

A Lei de Licitações dispõe sobre a contratação direta, nos moldes previstos no art. 75, inciso II, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Tais valores foram atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025¹, que a licitação será dispensável quando a aquisição envolva valores inferiores a **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**.

Em sendo assim, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa para celebração do contrato, através de procedimento simplificado.

Inicialmente, da instrução processual, recomenda-se sejam observados os requisitos apontados pela Lei nº 14.133/2021², necessários ao procedimento de contratação direta.

¹ Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

² Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
SETOR DE LICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Da análise dos autos, observa-se a respectiva abertura com DFD expedido pela Secretaria solicitante, Termo de Referência, pesquisa mercadológica, informação de disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Quanto à justificativa, é o que se observa do DFD:

2.1. A necessidade da contratação decorre do desgaste natural e da constante utilização dos equipamentos que compõem os sistemas de bombeamento dos poços, sendo indispensável a reposição periódica de peças e componentes para assegurar o pleno funcionamento das bombas submersas. A ausência desses materiais pode ocasionar paralisações no abastecimento de água, comprometendo diretamente os serviços essenciais prestados à população, especialmente nas zonas rurais e localidades que dependem exclusivamente dos poços para suprimento hídrico.

2.2. Os sistemas de bombeamento instalados nos poços desempenham papel fundamental no fornecimento de água para a população, especialmente nas comunidades que dependem diretamente desse sistema para o consumo humano e demais necessidades básicas. Em razão da utilização contínua e das condições de funcionamento dos equipamentos, é comum o desgaste natural de peças e componentes, tornando necessária a reposição periódica desses itens para garantir o pleno funcionamento das bombas submersas.

2.3. A ausência de manutenção adequada e da substituição tempestiva das peças pode ocasionar falhas nos sistemas de captação e distribuição de água, provocando interrupções no abastecimento, prejuízos à prestação dos serviços públicos essenciais e transtornos à população atendida. Dessa forma, a aquisição pretendida visa proporcionar maior agilidade na execução das manutenções preventivas e corretivas, minimizando o tempo de paralisação dos equipamentos e assegurando a eficiência operacional dos poços.

Ainda quanto ao procedimento, em se tratando à contratação direta por dispensa de licitação, recomenda-se o atendimento ao Decreto Municipal nº 03/2024 que assim prevê:

Art. 21. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão **preferencialmente** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, coma especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Na impossibilidade do atendimento do caput, desde que devidamente justificada, poderá ser feita pesquisa direta, com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, podendo ser realizada a contratação da proposta economicamente mais vantajosa.

Frise-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento.

Ressalta, ainda, que a lei determina que deve ser selecionada a proposta mais vantajosa sendo, no mínimo, desarrazoado proibir a respectiva contratação direta, conforme as justificativas apontadas.

-
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
 - V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
 - VI - razão da escolha do contratado;
 - VII - justificativa de preço;
 - VIII - autorização da autoridade competente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
SETOR DE LICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Da análise dos autos, observou-se a realização de pesquisa de preços³, RECOMENDANDO-SE o **atendimento ao Decreto Municipal**, através da **publicação dos Avisos de Recebimento de Propostas**, que dispõe do interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o fim de selecionar aquela mais vantajosa, **ou a justificativa para não utilização**.

Quanto à escolha do fornecedor, RECOMENDA-SE a sua justificativa, além da verificação das **condições de habilitação** da empresa a ser contratada.

RECOMENDA-SE, na oportunidade, **observar se o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora ou se o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza**, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, não atingiu os limites dispostos para a dispensa de licitação.

Quanto ao instrumento contratual, observa-se a sua minuta em atendimento aos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, inferindo-se pela sua viabilidade.

Quanto à publicidade, RECOMENDA-SE a publicação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, mantido à disposição, em endereço eletrônico oficial, nos termos do Parágrafo único⁴, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas, porventura faltantes, antes da respectiva ratificação e publicação.

CONCLUSÃO

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, considerando que as recomendações aqui constantes os requisitos processuais foram atendidos quanto à sua instrução, manifesta esta Assessoria Jurídica pelo regular prosseguimento do feito.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Lagoa de Velhos/RN, 08 de maio de 2026.


Monalisa Cavalcante Barra
Assessora Jurídica

³ Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

⁴ Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.